



APRESENTAÇÃO

DESIGUALDADE E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Este editorial da **Revista Eventos Pedagógicos** reúne um conjunto de artigos que permitem analisar a articulação entre infância, desigualdade e diversidade étnico-racial como uma articulação necessária para se pensar a democratização da educação, que, como um direito social, deve garantir o direito à diferença e enfrentar o desafio de implementar políticas públicas que superem as desigualdades sociais e raciais.

Os artigos descortinam, num primeiro momento, a ideia que perdurou durante décadas no Brasil de que viveríamos devido ao processo de mestiçagem, em um país isento de conflitos étnico-raciais, o que adiou durante décadas o debate sobre a questão racial no país, especialmente sobre as condições de vida de parte significativa da população negra.

Num segundo momento, os artigos revelam que criança e infância precisam ser pensadas no plural, que não são a simples somatória do que consideramos como diverso, mas a especificidade das experiências de infância e das crianças indígenas, quilombolas, do campo, da cidade, ribeirinhas, negras, brancas e outras que vivenciam de diferentes formas a garantia de direitos e o acesso a oportunidades, tal fato descortina a ideia que perdurou durante algum tempo de que criança e infância tinham de ser consideradas e vivenciavam experiências universais e iguais.

Esses fatos nos revelam os desafios que temos pela frente em termos de maior conhecimento acerca da temática e da necessidade de aprofundamento de análises e proposições nessas áreas de estudos. Ainda temos pouco conhecimento sobre processos por meio dos quais as crianças constroem e percebem as diferenças étnico-raciais, no entanto, reconhecemos a importância desta etapa da vida e da importância da educação infantil para o desenvolvimento pleno das crianças, pois é ela que propicia o início de muitas experiências e percepções, entre outras, a vivência primeira das relações étnico-racial. Desse modo, se não começarmos a mudar as relações étnico-raciais desde a educação infantil reduziremos as nossas possibilidades, como brasileiros, de construir uma sociedade exuberante por sua diversidade e igualitária em suas diferenças.

Embora a denúncia e as propostas educacionais de enfrentamento ao racismo sejam anteriores à década de 1980, foi a partir deste período que as pesquisas educacionais sobre esta temática começaram a se consolidar. Atravessamos a década de 1980 e 1990 elaborando uma importante, mas ainda marginalizada, produção de conhecimento sobre intersecção entre raça e educação. Assim este acervo, continua a contribuir com as denúncias do movimento negro, com as propostas e as experiências desenvolvidas pelo mesmo e, de forma complementar, com a realização de pesquisas que corroboraram com as evidências sobre as disparidades entre negros e brancos em vários dos indicadores educacionais: no presente caso, o infantil.

Este conjunto de conhecimentos aqui presentes instrumentalizará as ações e as lutas do movimento social negro na conquista de mudanças na atuação do Estado a partir do processo de elaboração da Constituição Federal de 1988.

Fortalecerá, também, a implementação da Lei 10.639/2003, aprovada após quatro anos de tramitação e negociações no Congresso Nacional, atendendo a uma antiga reivindicação do movimento negro relativa à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): a obrigatoriedade do ensino de **História e Cultura Afro-Brasileira** nos currículos de ensino fundamental e médio. Seguida, em 2004, pela aprovação do Parecer 003/2004 que regulamenta as alterações da LDB, instituindo as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. E, em 2009, pela elaboração do Plano Nacional, visando à implementação daquelas Diretrizes.

Ao dirigir o foco de análise para essas iniciativas, a intenção é mostrar a configuração de um novo cenário político em nosso país, onde temas até então restritos à atuação de movimentos sociais passaram a fazer parte da agenda nacional e hoje se configuram como diretrizes e metas para o campo da pesquisa e da política em educação.

Encerro, com a expectativa de que as ricas reflexões que a publicação reúne sirvam de ponto de partida para o aprofundamento da agenda de pesquisa e, especialmente, da agenda de formulação e execução de políticas educacionais cotidianamente comprometidas com a igualdade pedagógica, de acesso e permanência exitosa para todas as crianças brasileiras.

Tatiane Cosentino Rodrigues

Docente do Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas

Universidade Federal de São Carlos

São Carlos, 27 de outubro de 2015.

Recebido em: 28 de outubro de 2015.
Aprovado em: 29 de outubro de 2015.